

A página que não fecha

Matias Feijoo · 13.06.2026

ECONOMIA · CULTURA · SOCIEDADE

Há quem cresça rodeado de livros e quem nunca tenha tido uma estante em casa. Essa diferença não é apenas cultural, é também política. E perceber isso mudou a forma como penso a leitura, a cultura, e o que está em jogo quando uma sociedade escolhe, ou não, investir nelas.

Há quem cresça rodeado de livros e quem nunca tenha tido uma estante em casa. Essa diferença não é apenas cultural, é também política. E perceber isso mudou a forma como penso a leitura, a cultura, e o que está em jogo quando uma sociedade escolhe, ou não, investir nelas.

Cresci rodeado de estantes repletas de livros em casa. Não acredito que fosse algum tipo de riqueza, senão uma forma de estar no mundo que a minha família tinha e mantém até hoje, quase sem dar por isso. Livros empilhados em corredores, revistas antigas nas mesas de cabeceira, enciclopédias que ninguém consultava, mas que estavam lá, como uma espécie de premissa de que o conhecimento tinha casa. Só muito mais tarde percebi o privilégio que isso representava. E só mais tarde ainda percebi que esse privilégio não é inocente, mas sim um dos mecanismos mais subtis (e mais poderosos) de reprodução das desigualdades.

«Não há nenhuma torre de marfim suficientemente alta para escapar à política. A literatura vive no mundo.» Ursula K. Le Guin

Porque um livro não é apenas papel e tinta. É uma forma de chegar a si próprio através de outro. Virginia Woolf descrevia a leitura como uma «conversa através do tempo». A possibilidade de um jovem em Lisboa dialogar com Dostoiévski, Saramago, Simone de Beauvoir, como se o tempo não existisse. Mas essa conversa precisa de uma condição prévia: que o livro esteja ao alcance. E, em Portugal, para demasiadas crianças, jovens e até adultos ou seniores, não está.

O ecrã não matou o leitor

Há uma profecia que se repete com uma regularidade quase cómica: a de que a leitura está a morrer. Cada inovação tecnológica trouxe consigo o obituário da literatura. A rádio ia matar o livro, a televisão ia acabar com o leitor, a internet fragmentaria toda a atenção humana em pedaços de trinta segundos (isto acabou por acontecer, sejamos honestos). E agora os algoritmos, e agora a inteligência artificial, num ciclo constante que nunca acaba por ser realidade.

A leitura profunda, imersiva, lenta, que um romance exige é uma competência que se constrói. E, como todas as competências, constrói-se melhor com recursos.

Mas o livro tem sido profundamente teimoso. A Feira do Livro de Lisboa enche o Parque Eduardo VII como sempre. As livrarias independentes da cidade, a Ler Devagar, a Ferin, a Buchholz, resistem. Mesmo com a galopante especulação imobiliária. Os dados mostram que o mercado editorial português recuperou, as pessoas até lêem, o que me leva a acreditar que o problema nunca foi o ecrã.

O problema é outro, e tão bem mais antigo como invisível. A leitura profunda, imersiva, lenta, que um romance exige é uma competência que se constrói. E, como todas as competências, constrói-se melhor com recursos: com livros em casa, com adultos que leiam, com tempo que não seja tomado pelo trabalho precoce, com escolas que não sejam apenas depósitos de conteúdo. Em Portugal, esses recursos estão distribuídos de forma escandalosamente desigual.

Uma herança que não devia ser herança

Bourdieu chamava «capital cultural» ao conjunto de recursos simbólicos que uma família transmite aos filhos, quase sem consciência disso. Os livros nas estantes são uma das mais lógicas expressões de capital cultural. A familiaridade com a linguagem formal, com a sintaxe do argumento, com a capacidade de ler nas entrelinhas. Tudo isso se aprende, em grande medida, em casa. E quem não o aprende em casa, raramente o aprende com a mesma naturalidade em lado algum.

Saramago, que nasceu numa família de trabalhadores rurais e chegou à literatura quase por acidente, fê-lo pela biblioteca pública em Lisboa, não por herança familiar, e disse que «a ignorância é o maior perigo que existe».

Muitos acreditarão que isto é fatalismo, mas não passa de um diagnóstico. E os diagnósticos existem para ser tratados. O plano nacional de leitura, as bibliotecas municipais, as redes escolares com acesso a livros: estas políticas têm existido precisamente porque o Estado pode (e deve) compensar o que o nascimento distribuiu de forma injusta. Não por caridade, mas por reconhecimento de que, se uma sociedade se convence de que a capacidade de pensar criticamente é um privilégio de classe, então essa mesma sociedade estará a trair-se a si mesma.

Saramago, que nasceu numa família de trabalhadores rurais e chegou à literatura quase por acidente, fê-lo pela biblioteca pública em Lisboa, não por herança familiar, e disse que «a ignorância é o maior perigo que existe». Não a ignorância individual: a ignorância estrutural. A que se reproduz quando uma sociedade não trata o acesso à cultura como um direito fundamental, mas como uma contingência do mercado.

O silêncio das pequenas editoras

Há outro problema que se instala em surdina por culpa dessas mesmas contingências do mercado, menos visível mas igualmente sério: o desaparecimento progressivo das pequenas editoras independentes. Em Portugal, o mercado vive uma concentração das editoras. Os grandes grupos como a Porto Editora, a LeYa, a Penguin, o Grupo Planeta ou a Presença têm escala para negociar a distribuição, para financiar os lançamentos e para absorver o risco. As pequenas editoras não.

E, quando uma pequena editora fecha, não está a fechar apenas uma empresa, fecha um critério editorial que apostava no que mais ninguém arriscava: a poesia sem mercado, o ensaio sem garantia ou o romance de estreia de um autor que ninguém conhece ainda. Esse critério não é substituído pelo algoritmo de vendas de um grande grupo. Simplesmente desaparece. E, com ele, uma voz que não vai existir em mais lado nenhum.

Quando uma pequena editora fecha, não está a fechar apenas uma empresa, fecha um critério editorial que apostava no que mais ninguém arriscava: a poesia sem mercado, o ensaio sem garantia ou o romance de estreia de um autor que ninguém conhece ainda.

As pequenas editoras são muitas vezes o canal da voz que mais ninguém arriscaria publicar. Perdê-las é tanto uma perda política quanto cultural.

O quotidiano como acto de resistência

Mas há algo de esperançoso no quotidiano. Nas pessoas que lêem no metro, com o ecrã do telemóvel ao lado. Nos pais que lêem para os filhos antes de dormir, mesmo quando estão exaustos. Nos professores que escolhem um livro mais difícil porque acreditam que os alunos chegam lá. Nos jovens que partilham páginas nas redes sociais como quem partilha uma descoberta urgente.

A literatura sobrevive porque responde a uma necessidade que não é tecnológica: a de habitar outras vidas, de encontrar linguagem para o que ainda não tem nome, de reconhecer na voz de outra qualquer coisa de si próprio. Camus escrevia que «a arte é a atividade pela qual o homem se recusa à morte». Recusa também à amnésia, à indiferença, ao isolamento, tudo aquilo que uma sociedade desigual, saturada de estímulos, mas pobre de sentido, produz em abundância.

O que pode tornar a literatura obsoleta não é nenhuma inovação tecnológica. É a desistência política que fizemos da leitura. A ideia de que a cultura é um luxo que se trata depois, quando a economia estabilizar, quando os hospitais estiverem capacitados, quando as estradas estiverem feitas. A cultura não vem depois. A cultura é a condição para que tudo o resto faça sentido.

O que pode tornar a literatura obsoleta não é nenhuma inovação tecnológica. É a desistência política que fizemos da leitura.

Lisboa ainda sabe disso um pouco, seja nas suas feiras, nas suas bibliotecas, nas suas livrarias teimosas. O desafio é garantir que o resto do país também saiba. E que saber não dependa de ter tido estantes em casa.

- *O autor escreve sem usar o Acordo Ortográfico.*